




**Instituto Politécnico
de Viana do Castelo**

Ao abrigo da decisão de contratar tomada pelo Presidente do IPVC, Doutor Carlos Rodrigues, eleito em processo eleitoral homologado pelo MCTES através do despacho número 7440/2023, publicado em Diário da República-2ª série, n.º 137 de 17 de julho de 2023.

Carlos Rodrigues
11.07.2024
Carlos Rodrigues
Presidente


2024/AJD/008 - Aquisição de serviços de Designer gráfico/Webdesigner para o Gabinete de Saúde e Bem Estar dos SAS-IPVC

Caderno de Encargos

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

14 de junho de 2024

Criado por: Gabinete de Saúde e Bem Estar dos SAS-IPVC

2024/AJD/008 - Aquisição de serviços de Designer gráfico/Webdesigner para o Gabinete de Saúde e Bem Estar dos SAS-IPVC

Caderno de Encargos

Índice

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Entidade pública adjudicante.....	4
Objeto da adjudicação.....	4
Contrato.....	4
Financiamento do contrato	4
Preço Base.....	5
Condições de Pagamento.....	5
Prazo e execução do contrato	5
Gestor de contrato.....	6
Proposta condicionada ou variante.....	6
Sigilo	6
Penalizações.....	7
Subcontratação e Cessão da posição contratual.....	7
Casos fortuitos ou de força maior.....	7
Cessação da prestação.....	8
Rescisão do contrato	8
Legislação aplicável e foro competente.....	8
PARTE II – Responsabilidade social e ambiental dos fornecedores perante os SAS-IPVC	8
Objetivo	8
Âmbito	9
Responsabilidade.....	9
Regras a cumprir no interior das instalações dos SAS-IPVC	9
Documentação obrigatória.....	9
PARTE III - CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS	10
Locais de prestação do serviço	10
Atividades Desenvolvidas nos SAS-IPVC.....	10
PARTE IV - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS.....	10
Caraterização Genérica do Serviço.....	10
Equipamento.....	12

Quantidades.....	12
Qualidade na Prestação do Serviço	12
Perfil do Pessoal.....	12
Seguro Pessoal.....	13
Legislação Laboral	13
Segurança e confidencialidade.....	13
Dever de Colaboração	13

2

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante são os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, abreviadamente designado por SAS-IPVC, pessoa coletiva n.º 600 041 212, com sede no largo 9 de Abril, 4901-911 Viana do Castelo.

Artigo 2º

Objeto da adjudicação

O objeto do contrato consiste na aquisição de serviços de Designer Gráfico/Webdesigner para o Gabinete de Saúde e Bem Estar dos SAS-IPVC, no âmbito do projeto RES4ALL+, inserido do Programa para a Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior (DGES) nas condições estabelecidas no presente caderno de encargos e de acordo com as categorias previstas no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro (CPV).

- 79933000-3 - Serviços de assistência em matéria de design.

Artigo 3º

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada com respetivo PSN;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 4º

Financiamento do contrato

O encargo previsto no contrato será suportado pelo financiamento, promovido pela DGES, ao abrigo do orçamento previsto e aprovado em candidatura pelo Programa para a Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior – projeto RES4ALL+, dinamizado pelo Gabinete de Saúde e Bem Estar.

Artigo 5º

Preço Base

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 47º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), o valor para efeito do preço base global do procedimento é de **14 400,00 euros**, ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado, preço este fundamentado nos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo (artigo 47º, n.º 3 do CCP) e, ainda, consulta preliminar ao mercado.
2. O preço base global não se divide em lotes pois pode prejudicar o interesse público (alínea b) do n.º 2 do art.º 46º-A).
3. Os preços deverão ser apresentados em euros por ano de serviço.
4. No caso do contrato se renovar, o valor máximo será de 14.400,00 euros, acrescido de IVA, para 2 anos.
5. O valor do contrato resultante deste procedimento corresponde ao máximo das aquisições a efetuar no período de vigência do contrato.

Artigo 6º

Condições de Pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 dias nos termos previstos no art.º 299º do CCP, após a entrega da respetiva fatura as quais só poderão ser emitidas após o último dia de cada mês a que a obrigação se refere.
2. O adjudicatário apresentará, mensalmente, fatura dos serviços prestados, sendo obrigatório a menção do número de compromisso na "descrição" da respetiva fatura. Esta fatura deverá ser entregue/enviada, depois de devidamente assinada para o gestor de contrato.
3. A faturação deverá ser efetuada por unidade orgânica devidamente identificada, de forma desmaterializada sob tecnologia *Electronic Data Interchange* (E.D.I.), conforme consta da legislação em vigor em matéria de faturação eletrónica (artigo 299º - B do CCP e Decreto-lei nº 123/2018 de 28 de dezembro e Decreto-Lei nº14-A/2020 de 7 de abril).
4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida de acordo com as regras contabilísticas aplicadas.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária.

Artigo 7º

Prazo e execução do contrato

1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, terá início à data da sua celebração, a contar da última assinatura digital dos outorgantes, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser renovado por igual período, se nenhuma das partes o denunciar, até ao limite máximo de 2 (dois) anos.
2. O contrato poderá terminar em data prévia à referida no ponto anterior, caso a necessidade do serviço em causa se esvazie ou quando esse serviço deixe de ter fundamento para continuar.

3. Os serviços serão prestados de acordo com as requisições oficiais emitidas pelos SAS-IPVC, de acordo com as cláusulas específicas do presente caderno de encargos e com os horários funcionais das unidades dos SAS-IPVC.
4. Qualquer das partes pode pôr termo ao presente contrato, com efeitos imediatos, se a outra parte estiver em incumprimento contratual.
5. A prestação de serviços não se encontra sujeita à respetiva disciplina e direção, nem sujeição de horário de trabalho.

Artigo 8º

Gestor de contrato

1. Ao abrigo do art.º 96º do CCP o gestor de contrato nomeado para o presente procedimento é Mariana Fernandes, a exercer funções como responsável e enfermeira do Gabinete de Saúde e Bem Estar dos SAS do IPVC e GIP SAU, e com a função de acompanhar, permanentemente, a execução do presente contrato, sendo que toda e qualquer anomalia, defeito ou desvio às cláusulas do mesmo devam ser reportadas por si e, de imediato, ao órgão competente, fazendo-se acompanhar por relatório com o elenco das medidas corretivas que julgue necessárias, nos termos e para os efeitos do artigo 290º - A do CCP.
2. Caso haja necessidade da sua substituição, o novo gestor será designado pelo Presidente do IPVC.

Artigo 9º

Proposta condicionada ou variante

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou variantes.

Artigo 10º

Sigilo

1. O adjudicatário obriga-se ao sigilo de qualquer informação ou documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento, que não estejam direta e exclusivamente afetos à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor desde a data de celebração do contrato até ao seu cumprimento ou cessação, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a qualquer dever legal relativo, designadamente, à proteção de dados pessoais, segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devido às pessoas coletivas.

Artigo 11º

Proteção de dados pessoais

1. O segundo outorgante obriga-se ao estrito cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, na redação que lhe foi dada pela Retificação de 4 de maio de 2018, publicitada no Jornal Oficial da União Europeia de 23 de maio de 2018, nomeadamente no que diz respeito às obrigações relativas ao tratamento dos dados pessoais que lhe sejam transmitidos pelo primeiro outorgante para efeito de execução do presente contrato.

2. O segundo contratante compromete-se a adotar e apresentar garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a se satisfaçam os requisitos do RGPD no tratamento dos dados pessoais e a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
3. O segundo outorgante compromete-se ao cumprimento das demais obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais.

Artigo 12º

Penalizações

1. No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso do fornecimento do contrato por parte do adjudicatário e das garantias dadas, poderão os SAS-IPVC interpelar o adjudicatário para cumprir pontualmente as tarefas contratadas, quando tal ainda for possível e se mantenha o interesse do credor na prestação, devendo nesse caso o adjudicatário dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que os SAS-IPVC sofram na sequência de tais atos e incorrer numa multa de 0.7% por cada dia de atraso, com referência ao valor total do contrato.
2. Ao ser interpelado para os efeitos previstos no número anterior, deverá o adjudicatário cumprir, imediatamente e de forma integral e satisfatória, a prestação em falta.
3. Em caso de atraso na conclusão da execução do serviço por facto imputável ao segundo outorgante, o primeiro outorgante pode aplicar, se assim o entender, uma sanção contratual pecuniária, por cada dia de atraso, de acordo com a lei (art.º 329º do CCP).

Artigo 13º

Subcontratação e Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei n.º. 18/2008, de 29 de janeiro e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. A cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante deve cumprir o estipulado no artigo 318º-A do CCP.

Artigo 14º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 15º

Cessação da prestação

1. Os SAS-IPVC podem rescindir o contrato, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente Caderno de Encargos ou na Lei ou concretamente quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao adjudicatário:

- a) O serviço de Designer gráfico/Webdesigner se encontre gravemente prejudicado existindo evidências que o serviço não se encontra a ser prestado com a qualidade adequada não garantindo a segurança de pessoas e bens;
- b) Incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução do trabalho contratualizado;
- c) Prática de atos dolosos ou negligentes no normal exercício do serviço prestado;
- d) Obstrução à atuação do serviço ou da entidade a quem compete a inspeção, quando esta é realizada nos termos do presente Caderno de Encargos;
- e) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente Caderno de Encargos.

Artigo 16º

Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2. Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando o adjudicatário não cumprir integralmente as condições e obrigações deste contrato, no prazo previsto no artigo 6º do presente caderno de encargos.

3. A rescisão não poderá afetar os fornecimentos num prazo inferior a 60 dias úteis a contar da data da notificação.

Artigo 17º

Legislação aplicável e foro competente

1. Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissa observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.

2. Para dirimir todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal de Circulo Administrativo Local, sem prejuízo da faculdade legalmente prevista de as partes poderem, se assim o acordarem, celebrar compromisso arbitral, submetendo qualquer eventual questão a decisão por arbitragem.

PARTE II – Responsabilidade social e ambiental dos fornecedores perante os SAS-IPVC

Artigo 18º

Objetivo

O desempenho social, ambiental e económico do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) depende também do desempenho dos seus fornecedores. Desta forma, para que o IPVC possa concretizar os seus

objetivos, é também necessário, que todas as entidades contratadas por este partilhem dos princípios e valores estabelecidos.

No âmbito do seu Sistema de Gestão e para garantir o cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis, das normas NP EN ISO 9001 e NP 4469-1, o IPVC disponibiliza na sua página <http://www.ipvc.pt/politica-de-gestao>, todos os princípios de responsabilidade social e ambiental dos fornecedores perante o IPVC.

Artigo 19º

Âmbito

O disposto no número anterior é aplicável a todas as entidades adjudicatárias resultantes deste procedimento.

Artigo 20º

Responsabilidade

O fornecedor é responsável pelo cumprimento integral dos requisitos legais e pelos requisitos definidos no presente capítulo, devendo monitorizá-los e verificar o seu cumprimento, desde o momento o momento da adjudicação e aceitação da nota de encomenda.

O incumprimento dos requisitos e dos princípios de responsabilidade social e ambiental dos fornecedores perante o IPVC poderão originar a suspensão da execução do contrato ou a sua cessação.

Artigo 21º

Regras a cumprir no interior das instalações dos SAS-IPVC

É responsabilidade dos fornecedores dar a conhecer aos seus colaboradores e subcontratados as regras estabelecidas neste regulamento, de forma a assegurar o seu cumprimento.

O fornecedor e os seus trabalhadores, quando acederem às instalações dos SAS-IPVC, devem cumprir os seguintes requisitos:

- a) Cumprir integralmente a legislação aplicável, nomeadamente os aspetos relativos à Segurança e Saúde, Ambiente e Relações de Trabalho.
- b) Respeitar as regras e sinalização de segurança existente;
- c) Assegurar a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's), de acordo com atividades desenvolvidas;
- d) Respeitar as regras de separação de resíduos;
- e) Caso ocorra algum acidente durante a prestação do serviço ou fornecimento de bens, comunicar de imediato, devendo ser elaborado e disponibilizado aos SAS-IPVC um relatório escrito, com a análise das causas e ações correção e corretivas aplicadas e/ou a aplicar
- f) Numa situação de emergência e em caso de evacuação, obedecer com rigor às instruções dadas pelos elementos das equipas de evacuação ou responsável interno.

Artigo 22º

Documentação obrigatória

Os fornecedores ficam obrigados a disponibilizar aos SAS-IPVC a seguinte documentação no momento da entrega dos documentos de habilitação e da renovação do contrato:

- Apólice de seguros de acidentes de trabalho (Apólice e comprovativo de pagamento da mesma);

- Informação relativa à aptidão do trabalhador (Ficha de aptidão Médica - Lei 102/2009 de 10 de setembro alterada pela Lei 3/2014 de 28 de janeiro, alínea f) do n.º 1 do artigo 76º).
- Certificado de Habilitações que confira a habilitação para a prestação da função a desempenhar.

PARTE III - CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS

Artigo 23º

Locais de prestação do serviço

A prestação de serviços será prestada nas instalações do adjudicatário – UO (Escolas) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Gabinete de Saúde e Bem Estar dos SAS do IPVC, a definir diretamente com o gestor de contrato.

Artigo 24º

Atividades Desenvolvidas nos SAS-IPVC

Os SAS-IPVC são uma unidade funcional do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, que tem como missão garantir a equidade não só no acesso ao ensino superior e à formação ao longo da vida como, também, a prestação de serviços sociais que contribuam para melhorar o sucesso escolar dos alunos.

Os SAS-IPVC dispõem dos seguintes serviços:

- 1) Apoio financeiro através das bolsas de estudo e das bolsas de apoio social
- 2) Alimentação de qualidade com várias opções de escolha e de serviços
- 3) Alojamento com múltiplos serviços de apoio
- 4) Apoio na integração social e académica
- 5) Orientação financeira
- 6) Orientação vocacional
- 7) Combate ao abandono escolar
- 8) Apoio na transição para o mercado de trabalho
- 9) Serviços de saúde
- 10) Serviços desportivos
- 11) Serviços culturais

PARTE IV - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

Artigo 25º

Caraterização Genérica do Serviço

1. A prestação de serviços inclui o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - a) Executar todas as intervenções e atividades no âmbito do Programa para a Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior, promovido pela DGES, e de acordo com o plano de ação, cronograma e memória

descritiva apresentada em candidatura pelo IPVC, no que diga respeito ao desenvolvimento gráfico e digital, nomeadamente:

1. Produção de imagens alusivas ao projeto, partindo de ideias pessoais e trabalho de pesquisa;
 2. Atualização de notícias nas redes sociais alocadas ao projeto;
 3. Desenvolvimento e atualização da vertente/aparência estética/gráfica associada ao site RES4ALL+ e página associada ao Gabinete de Saúde e Bem Estar;
 4. Trabalhar em estreita colaboração com desenvolvedores web para implementar o design de forma eficaz.
 5. Projetar a estrutura de navegação do(s) site(s) de forma a garantir que os usuários encontram informações facilmente;
 6. Organizar o conteúdo de maneira lógica e intuitiva, criando wireframes que esboçam a disposição das páginas;
 7. Focar na usabilidade e na experiência geral do usuário, garantindo que o site seja fácil e agradável de usar;
 8. Realizar testes de usabilidade e coletar feedback para fazer melhorias no design;
 9. Realizar atualizações regulares no design do site para manter uma aparência moderna e funcionalidade atualizada;
 10. Corrigir problemas de design e fazer melhorias contínuas com base no feedback dos usuários e nas análises de desempenho do site;
 11. Ter conhecimentos básicos de HTML, CSS e JavaScript para implementar ou ajustar elementos de design diretamente no código.
 12. Colaboração com sugestões e ideias/dinâmicas para fortalecer o projeto, numa ótica de dar resposta às solicitações, necessidades e preferências dos estudantes;
 13. Auxílio no eixo 5 do projeto – Observatório, que pretende associar tratamento de dados à execução do projeto;
 14. Cumprir prazos de entrega, de acordo com cronograma dinâmico de Design;
 15. Elaborar, mediante as exigências do projeto, um Plano de Marketing e Comunicação;
- b) Executar todas as solicitações gráficas associadas às atividades do Gabinete de Saúde e Bem Estar;
- c) Propor parcerias/protocolos com entidades externas que promovam a saúde e o bem estar da Comunidade Académica;
- d) Participar em reuniões;
- e) Enviar, até ao último dia de cada mês, ao gestor de contrato, o registo diário de trabalho (modelo enviados pelo gestor de contrato aquando da celebração do contrato);
- f) Conhecer o Plano de Segurança interno da Instituição;
- g) Zelar pelo cumprimento das funções previstas no manual de segurança interna;
- h) Orientar e supervisionar os estudantes estagiários de Psicologia que integrem o Gabinete de Saúde

Artigo 26º

Equipamento

1. A instalação, manutenção e fornecimentos dos equipamentos adequados e necessários à prestação dos serviços de Psicologia são da inteira responsabilidade do adjudicatário.
2. São da inteira responsabilidade do adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes do desenvolvimento da prestação de serviço e a utilização dos equipamentos a que respeitem quaisquer normas de segurança, designadamente em relação às pessoas, patentes, licenças marcas e outros direitos de propriedade.

Artigo 27º

Quantidades

A tabela seguinte discrimina o valor base e as quantidades e uma previsão máxima de quantidades a adquirir para o serviço constante nas cláusulas técnicas, com possibilidade de uma renovação adicional por igual período:

Designação	Quantidade	Unidade	Preço total
Aquisição de Serviços de Web designer/Designer Gráfico	1	ano	€7.200,00
	2	ano	€ 14.400,00

Artigo 28º

Qualidade na Prestação do Serviço

1. O Adjudicatário deverá assegurar a prestação do serviço de acordo com os mais elevados padrões de qualidade.
2. Os SAS-IPVC reservam-se ao direito de fiscalizar a qualidade do serviço prestado.
3. Qualquer anomalia detetada pelos SAS-IPVC na qualidade do serviço prestado será reportado ao adjudicatário, sendo que deve ser dada uma resposta, por parte do adjudicatário no prazo máximo de 24 horas.

Artigo 29º

Perfil do Pessoal

1. O adjudicatário obriga-se a manter a disciplina a ter ao serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional.
2. Todos os colaboradores devem ter boa apresentação e postura adequada, boa capacidade de comunicação, operacionalidade e dinamismo, elevado sentido de responsabilidade, organização e método de trabalho.
3. O adjudicatário obriga-se a manter a disciplina e a boa apresentação do seu pessoal, nomeadamente boas práticas de higiene pessoal e devidamente fardadas.
4. Para efeitos de verificação das condições de aptidão física, deverão os trabalhadores ter realizado exames de medicina do trabalho com validade de acordo com a legislação;
5. O adjudicatário deve entregar cópia de fichas de aptidão de todos os colaboradores, válida para as funções desempenhadas.

6. Considera-se adequada formação profissional aquela que é dada de forma a capacitar para o desempenho das funções no âmbito da prestação do serviço
7. Nenhum trabalhador pode ser alocado pelo adjudicatário à prestação dos serviços sem que tenha um mínimo de 40 horas de formação, de acordo com o disposto no número anterior.

Artigo 30º

Seguro Pessoal

O adjudicatário obriga-se a efetuar e manter o seu pessoal seguro contra acidentes de trabalho.

Artigo 31º

Legislação Laboral

8. O adjudicatário deverá respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, higiene e segurança no trabalho, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.
9. Caberá em exclusivo ao adjudicatário controlar a assiduidade, definir a marcação das férias, suportar as contribuições para a Segurança Social que sejam devidas contratar os seguros que se mostrem adequados e cumprir todas as demais exigências legais aplicáveis.
10. Caberá em exclusivo ao adjudicatário contemplar todos os encargos, nomeadamente vencimentos, subsídio de alimentação, subsídio de férias e natal, encargos sociais, formação, caducidade, compensações, seguro de acidentes de trabalho e responsabilidade civil, exame médico e gestão operacional, bem como todos os encargos patronais de todos os colaboradores afetos ao adjudicatário.
11. Findo o contrato, por esgotamento ou rescisão, o destino do pessoal e as consequências emergentes dos contratos de trabalhos celebrados são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 32º

Segurança e confidencialidade

1. A entidade adjudicante garantirá à entidade fornecedora o acesso às instalações para a realização dos trabalhos necessários ao cumprimento do presente contrato.
2. A entidade adjudicante acordará com a entidade fornecedora as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações.
3. A entidade adjudicatária obriga-se a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados a que tenham acesso.

Artigo 33º

Dever de Colaboração

Os SAS-IPVC obrigam-se a colaborar com o adjudicatário na adoção de soluções e na obtenção dos meios necessários ao correto desempenho dos serviços.

